



# 30<sup>o</sup> CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:**  
**Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 5 – Gestão e liderança em movimento

Modalidade: Trabalho completo

## **Digitalização e a divulgação em meio digital da listagem da coleção de certidão de idade dos ex-alunos da Faculdade de Direito do Recife**

*Digitalization and digital dissemination of the list of the collection of age certificate of former students of the Faculty of Law of Recife*

**Elivanda Souza** – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

**Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira** – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

**Resumo:** Objetivo: Apresentar o processo de digitalização e divulgação em meio digital do documento manuscrito da certidão de idade sob salvaguarda do arquivo da Faculdade de Direito do Recife. Método: Trata-se de uma pesquisa nos documentos manuscritos originais existentes no acervo, com as etapas de seleção, preparação dos documentos, digitalização e publicação no site da instituição. Conclusão: A transição do manuscrito tradicional para a digital dessa coleção especial e divulgação do relatório on-line. Resultados: Criação do relatório da lista de certidões é processo indispensável para a preservação da memória e disseminação da informação.

**Palavras-chave:** Certidão de idade. Coleção especial. Manuscritos. Preservação da memória.

**Abstract:** Objective: To present the process of digitization and dissemination in digital media of the handwritten document of the age certificate safeguarded by the archive of the Faculty of Law of Recife. Method: This is a research on the original handwritten documents existing in the collection, with the stages of selection, preparation of the documents, digitization and publication on the institution's website. Conclusion: The transition from the traditional manuscript to the digital version of this special collection and dissemination of the report online. Results: Creating a report on the list of certificates is an essential process for preserving memory and disseminating information.

**Keywords:** Age certificate. Special collection. manuscripts. preserving the memory.



## 1 INTRODUÇÃO

Em uma conjuntura de avanços tecnológicos, evolução e de metamorfose no ambiente informacional, os arquivos, centros de documentação, bibliotecas e museus são fontes cruciais de conhecimento e cultura. Na realidade é que preservar a memória documental, histórica e social é imprescindível para o patrimônio público, pois as instituições públicas têm a missão de guardar a memória do patrimônio público e tornar acessíveis seus materiais para os públicos interno e externo.

A ação de conhecer envolve diversos aspectos biológicos, cerebrais, espirituais, lógicos, linguísticos, culturais, sociais e históricos. Nesse âmbito, não se concebe mais conhecimentos e atitudes científicas distantes do ambiente social e da realidade. Nos últimos anos, tem havido um aumento na produção acadêmica sobre a memória e preservação, tanto em organizações privadas quanto públicas.

Lembrar é uma necessidade prática da vida cotidiana de qualquer pessoa ou instituições, é o resultado da necessária continuidade da vida dos indivíduos como organismos, isto é, a continuidade de cada uma de suas ações. Em qualquer época, tanto na administração quanto nas empresas ou nas profissões liberais, uma sucessão ou uma transferência de atribuições é acompanhada pela transmissão dos registros e dos documentos, numa palavra: dos arquivos (Delmas, 2006, p. 27).

Assim, as instituições gradualmente perceberam que sua história é constantemente moldada diariamente, através dos seus atos administrativos. A guarda dos documentos permite que elas se mantenham consistentes em relação às suas atividades com o público interno e externo, além de possibilitar a relembração de sua trajetória (Barbosa, 2010).

Segundo Ward (2000, p. 43), "Um arquivo é um lugar no qual os documentos de longo termo ou de valor permanente são sistematicamente preservados e tornados acessíveis ao uso". Nele os documentos guardados são únicos, o que torna cada documento de arquivo um elemento crucial no planejamento de preservação, uma vez que pode ser difícil repor a informação nele contida, por ser excessivamente dispendioso e, em muitos casos, simplesmente impossível de ser encontrada em outro lugar.

O arquivo muitas vezes é subestimado, porém, quando seus itens documentais são mantidos organizados, ele se torna uma valiosa fonte inesgotável de possibilidades



de pesquisa, enriquecimento cultural e informacional. Abrangendo uma variedade de temas e áreas do conhecimento, o arquivo se revela como um universo rico e diversificado.

Portanto, é possível conviver com o arquivo, imaginar e testemunhar por meio dos diversos documentos, ilustrados por objetos e relatados em obras e imagens, devido ao seu amplo conceito. Conforme afirmado por Otlet apud Araújo (2014, p. 102), o "Documento" como significado a totalidade dos artefatos humanos, registrados de diversas maneiras e em diferentes suportes, como livros, manuscritos, fotografias, pinturas, esculturas, imagens em movimento e registros fonográficos.

A imparcialidade, autenticidade, unicidade e naturalidade são características essenciais dos documentos que garantem a compreensão do passado (Duranti apud Pessoa, 2014). A origem da prova documental é fundamental para garantir a autenticidade dos atos registrados nos documentos. De acordo com Pessoa (2014, p. 23), "A pesquisa arquivística estaria interessada em estudar as relações entre a informação e os elementos de contexto de sua geração e estruturação".

Este trabalho aborda o assunto sobre a memória e preservação, expondo o relatório da documentação manuscrita da certidão de idade do período de 1829 até 1919 sob salvaguarda do arquivo da Faculdade de Direito do Recife (FDR), como uma coletânea valiosa, rica em informações e que é indispensável pensar na preservação, conservação e a visibilidade do patrimônio documental. É inegável que para preservar esses acervos, é necessário organizá-los e conservá-los para que possam ser utilizados como referência, como testemunho e como fonte de pesquisa histórica e científica.

Todo o processo de digitalização dessa coletânea específica tem como objetivo na preservação e à conservação dos documentos manuscritos original desses períodos, propondo o retardo à deterioração dessa coleção, com o argumento de que o processo beneficiará a longevidade dos volumes encadernados e possibilitando o pleno acesso do público à memória antes silenciada. Em suma, o processo de sistematização e divulgação de fontes textuais escritas nas certidões de idade é fundamental, que proporcionará um acesso fácil não apenas aos documentos originais, por meio de reprodução digitalizada, mas também, e principalmente permitir à imediata e total identificação de cada registro documental desse precioso acervo do arquivo da FDR.



Acreditamos, assim, na consideração de registrar as informações encontradas no procedimento das certidões de idade dessa coleção de documentos manuscritos desse período, até mesmo porque quando se fala em informação, não se excluem a memória e o conhecimento, salientando que esses termos estão intimamente relacionados. Portanto, as instituições de memória e seus profissionais são responsáveis por organizar e difundir informações por meio de textos, imagens e outros meios, facilitando a passagem do conhecimento, organizando sua materialidade.

Considera-se que o arquivo da FDR possui fontes de informação e conhecimento que preservam o patrimônio cultural documental. Diante deste contexto, refletindo sobre memória e preservação, indagamos: Qual a relevância dessa coleção de manuscrito de certidão de idade sob salvaguarda do arquivo da Faculdade de Direito do Recife para a memória e preservação? Já que esses manuscritos contêm informações que permitem informar, comprovar fatos, atos e preservar a memória na instituição.

Segundo Barbosa (2010), a memória institucional é composta por elementos relevantes para a história da instituição, os quais estão profundamente enraizados em sua cultura. Trata-se de uma combinação de diversas narrativas desenvolvidas no ambiente organizacional por meio das experiências, práticas e ações dos indivíduos envolvidos. A memória institucional está no centro da organização, ligada à identidade da empresa e à reputação construída ao longo do tempo.

É importante ressaltar que a digitalização de acervos de instituições públicas apresenta uma série de complexidades, devido aos diversos desafios que permeiam esse processo. Entre esses desafios, destacam-se a escolha dos recursos tecnológicos a serem empregados e a qualidade do acesso às obras digitalizadas. É necessário contar com equipamentos adequados, softwares apropriados, além da conversão para novos formatos. Isso implica em novos investimentos, tanto em capacitação quanto na aquisição de equipamentos e serviços. Vale destacar que o processo de preservação do material digital, em muitas situações, pode ser mais oneroso do que o da preservação do material analógico.

Destaco também, que as discussões provenientes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP) cadastrado no



Diretório de Grupos do CNPq, promovem questões ligadas à memória, documentação e a importância de sua preservação estão intrinsecamente ligadas às nossas práticas acadêmicas, profissionais e culturais.

Esta produção analisou mais especificamente a documentação manuscrita da certidão de idade do período de 1829 até 1919 do arquivo da FDR, focando principalmente a representação dos dados encontrados nos manuscritos. Apresenta-se ainda a história do Arquivo da FDR, além do valor arquivístico da documentação, o método utilizado nas certidões de idade e por fim, o resultado das informações encontradas nos manuscritos.

## **2 A MEMÓRIA NOS MANUSCRITO**

A Ciência da Informação (CI) se preocupa com a qualidade, tratamento, organização e disponibilização da informação, sendo interdisciplinar e derivado de áreas como Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação. Logo, a Ciência da Informação auxilia no armazenamento e transmissão de conhecimento.

A memória em CI é vista como o registro da informação, o que leva à necessidade de preservação dessa memória em espaços. A memória é importante para áreas que lidam com registros de informação e não é objeto exclusivo de uma área de estudo e vem sendo estudada por diversas áreas de conhecimento.

Ao passar do tempo, tem sido objeto de reflexões sobre história e memória, na busca do estabelecimento de suas diferenças e de suas relações. À vista disso, Halbwachs, Le Goff, Nora, Pollak, e vários outros, contribuem tanto para a melhor compreensão desses conceitos e a análise da relação entre o vivido, o conhecimento produzido e as impressões e representações sobre o passado: a memória.

No entendimento de Ricoeur (2007) destaca que a memória pertence ao passado, mas é no presente que ela é reinterpretada através dos vestígios deixados ao longo da vida. Afirma Ricoeur (2007, p. 111), "memória é o presente do passado, o que é dito do tempo e de sua relação com a interioridade pode facilmente ser estendido à memória".

Observa-se que na perspectiva Crippa (2010, p. 81) destaca que a memória permite a integração do passado com o presente, preservando informações essenciais



para as experiências individuais e o conhecimento científico, filosófico e técnico. A memória é vista como o mecanismo de conexão, ligações entre ideias e palavras que constrói elos sociais e é o princípio da sociedade, identidade individual e coletiva. Isso sugere que o conhecimento humano é acumulativo.

Cada memória individual contribui para a memória coletiva, afirma Halbwachs (1990, p.51), destacando a influência dos indivíduos na construção social da realidade e a inclusão das formulações vivenciadas através da memória individual na memória coletiva.

Ao se pensar em memória através das certidões de idade do arquivo do FDR, vem em nossa mente o armazenamento de certas informações registradas, acumuladas e preservadas ao longo do tempo pela instituição detentora da coletânea. A coleção de manuscritos de certidões de idade do Arquivo da FDR contém várias informações, tais como: data de batismo, data de nascimento, cor da criança, freguesia, nome do celebrante, nome dos pais, avós, padrinhos, nome da igreja, região, entre outras informações adicionais.

O fato é que a “a memória refere-se ao conjunto das informações registradas, ou seja, aos documentos e representações que podem ser consultados e servir de memória social ou de longo prazo” de acordo com Monteiro e Carelli (2008 apud Zammataro; Monteiro, 2017, p.21).

Sabe-se que o processo para disponibilizar todas essas representações de dados dos ex-alunos da FDR enfrentou obstáculos que precisaram ser superados, pois é fundamental compreender a memória como algo crucial, não apenas como um local de armazenamento de informações e precisa pensar igualmente na preservação desses documentos. De acordo com Zuniga (2002), a preservação é “entendida de forma extremamente abrangente, compreendendo todas as ações desenvolvidas pela instituição visando retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso a todos os documentos arquivísticos sob sua custódia”.

## **2.1 Breve história do Arquivo da FDR**

Com quase dois séculos, o arquivo da FDR tem como marco de formação o ano de 1827, quando foi criado o Curso Jurídico de Olinda, atualmente integrando a secretaria geral do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ). No início do seu surgimento ficou

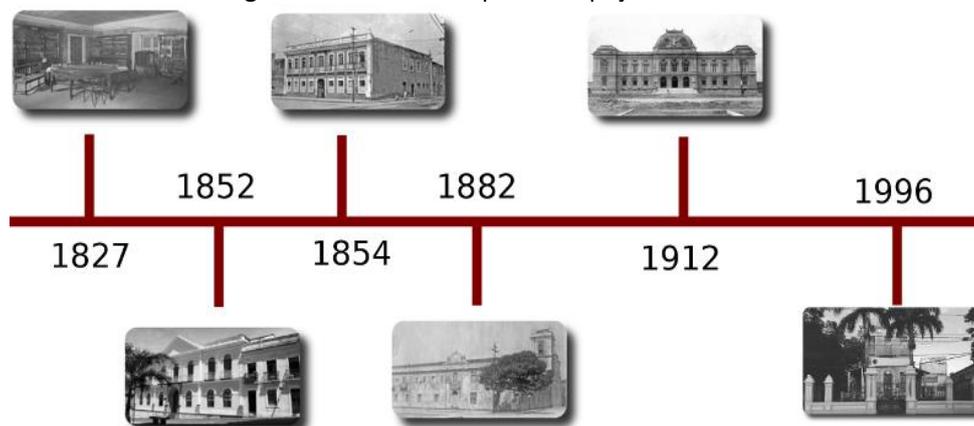


com a incumbência de guardar a documentação administrativa, atender aos usuários internos e produzir a união de documentos através de formatos adequados para cada tipo de documento, desencadeou o processo de formação de seu acervo, à medida que foram iniciadas as atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

O Arquivo da FDR é um lugar de preservação da memória institucional, coletiva da sociedade brasileira e do ensino jurídico nacional. De fato é um lugar de memória, expressão mencionada por Nora, que se refere a locais que permitem a conexão documentos oficiais e outras produções arquivadas, contribuindo para o conhecimento do passado e presente, que abrigam memórias de grupos, pessoas, instituições e da identidade do país.

Afirma Murguia (2010, p. 8) que "toda memória, oficial ou não, precisa de um enquadramento, de uma organização para que possa vir a ser um elemento importante na formação das identidades". Então, estão sendo realizadas atividades para preservar a memória, com o objetivo de compreender a produção documental e estabelecer uma organização. Ao longo do tempo, o Arquivo da FDR, do mesmo modo com o curso jurídico, desde sua criação, habitou vários imóveis entre a cidade de Olinda e Recife, vejamos a figura 1:

Figura 1 – Linha do tempo da ocupação de imóveis



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Em 1827 estava localizado no Mosteiro de São Bento, em Olinda, que os monges ofereceram salas para abrigar a instituição de ensino, com o primeiro diretor interino, o Dr. Lourenço José Ribeiro.



Em 1852, foi transferido para o Palácio dos Governadores, também em Olinda, situado no alto da Ladeira do Varadouro, onde atualmente se encontra a sede da administração municipal de Olinda.

Em 1854, deslocou-se para um velho sobrado, localizado na atual Rua do Hospício, esquina com a Rua do Príncipe, apelidado de “O Pardieiro”, por causa das péssimas condições do prédio. De acordo com o que está escrito na memória histórica - Acadêmica da FDR, por Amaranto (1868, p.8), relata que, em 10 de setembro de 1868, logo depois de concluídas as aulas e quando estava fechado o edifício, ocorreu um incêndio afetando a parte superior do lado sul, destruindo grande parte do prédio e dos móveis, o local que era ocupada pelo salão de honra, pela secretaria e pelo arquivo, o qual foi felizmente salvo sem grandes perdas.

Mesmo depois do incêndio ocorrido, as aulas continuaram a funcionar no mesmo local até meados do ano de 1882, passando a funcionar no Colégio dos Jesuítas, localizado na Praça Dezessete (antiga Praça de Pedro II), posteriormente demolido para dar passagem à atual Rua do Imperador.

Em conformidade com Câmara (1904, p.108), ocorreram inundações em 1903, consequências das chuvas torrenciais, muitas e repetidas vezes, destruíram grande parte do precioso acervo do Arquivo que devido a essas causas provocaram perdas significativas e irreparáveis de documentos de valor histórico e administrativo.

No fim da década de 1910, as primeiras atividades de organização do Arquivo da Faculdade foram realizadas por amanuenses formados em Direito, durante a gestão do Diretor Netto Campello. Veja o que Bevilaqua escreveu:

Mandou organizar, pelos amanuenses João Cabral de Melo Filho e Garcilaso Veloso Freire, que são formados em Direito, o arquivo da Faculdade, deram cabal desempenho à comissão, sem outra remuneração, além dos seus vencimentos ordinários. E, como declara o próprio diretor, possui hoje a Faculdade de Direito do Recife um arquivo modelar. (Bevilaqua, 1977, p. 643)

Já em 1912, instalou-se no subsolo do recém inaugurado majestoso Palácio da FDR, na Praça Adolfo Cirne, construído pelo engenheiro José Antônio de Almeida Pernambuco.

O arquivo permaneceu na sede da FDR por cerca de 84 anos até ser transferido em 1996, para o Bloco F do Anexo II da Faculdade de Direito do Recife (antigo prédio da Delegacia do MEC), localizado na Rua do Hospício, nº 619, Boa Vista. Em 2014,



parte do acervo foi transferida para a Casa Joaquim Amazonas no Bloco A do Anexo II da Faculdade.

Conforme consta na placa afixada na parede da casa, que foi construída no início do século XX e serviu como residência até 1946. Foi adquirida da família Armindo Moura, pela Universidade do Recife, para sede da Reitoria, na gestão do seu primeiro Reitor Joaquim de Almeida Amazonas. Em 1970, com a Universidade já denominada de Universidade Federal de Pernambuco, a Reitoria foi transferida para novo prédio, construído na Cidade Universitária pelo Reitor Murilo Humberto de Barros Guimarães. Em 1971, passou a abrigar a Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura. Em 1995, como forma de resgatar parte de sua memória e homenagear aquele que foi um dos fundadores da Universidade Federal de Pernambuco, este prédio foi denominado Casa de Joaquim Amazonas.

O Arquivo reabriu suas portas oficialmente ao público em sua sede definitiva em 11 de agosto de 2014. Embora tenha perdido alguns documentos, extraviados e misturados com outras proveniências, devido às mudanças de sede, possui um acervo abrangente desde 1827, sendo um dos mais completos do Brasil. Os documentos datados a partir do século XIX representam a história do ensino jurídico no país, além da importância histórica, os arquivos também comprovam fatos administrativos relevantes da instituição.

Hoje, conforme com o regime interno da FDR no artigo 66 (2022, p. 26), “o arquivo é responsável pela custódia, processamento técnico, conservação e acesso a documentos produzidos e recebidos pelo Curso Jurídico de Olinda e pela Faculdade de Direito do Recife, em função de suas atividades administrativas e acadêmicas”.

No entendimento de Thomassen (2006, p. 7), os arquivos “[...] funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade de forma geral. Tanto os produtores de documentos públicos quanto os privados mantêm registros para lembrar ou para serem lembrados.” Portanto, as documentações contêm registros de informações que permitem informar, comprovar fatos e atos, preservarem a memória da instituição e servir como fonte de pesquisa histórica e científica.



## **2.2 O valor histórico da documentação manuscrita**

Os manuscritos são uma forma manual de documentar e armazenar informações, permitindo a preservação das comunicações ao longo do tempo e registrando assuntos cotidianos e mudanças nas sociedades antigas e modernas.

Iniciada oficialmente em 1500, a documentação manuscrita no Brasil começou a ser utilizada durante a ocupação portuguesa. Sabe-se que a documentação oficial era de uso limitado, por diversas razões, como o preço do papel, do custo da tinta e da carência de letramento da sociedade colonial. Mas, com o passar do tempo, os documentos manuscritos tornaram-se parte do cotidiano dos brasileiros à medida que a escolarização básica se tornava mais acessível.

O acervo do arquivo da FDR é composto por uma série de documentação, citamos alguns: compõem com 227 volumes encadernados (com matrículas do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º anos, inscrições de exames 1º, 2º, 3º, 4º, 5º anos, julgamentos de exames 1º, 2º, 3º, 4º, 5º anos, guia de transferências recebidas e enviadas (1846 - 1924)); existem também, os dossiês individuais que estão dentro de 645 caixas com total de 8344 dossiês individuais, que compreende do período de 1900 até 1974; atas da congregação (1829 - 1972); concursos para lentes substitutos, professores catedráticos e livre-docentes (1856-1966); convites de formatura, avisos, cartas, correspondências, ofícios e telegramas (1828-1975); correspondências (1829-1895); decretos, estatutos e regimentos; 118 dossiês dos professores; assentamentos funcionais; fotografias, negativos de vidro; legislação referente aos cursos jurídicos; livros de termos de posse (1828 - 1986); memórias históricas (1860-1900); plantas da Faculdade de Direito do Recife; prêmios escolares (1896-1941); programas de ensino (1885-1964); registros das cartas dos bacharéis e doutores/dos diplomas (1832 - 2011); relatórios de atividades (1829 - 1919); dentre outros documentos, evidenciando-se as certidões de idade – composto por registro de nascimento/batismo, que foram entregues pelos estudantes no ato da matrícula do 1º ano (1829-1919).

Todos esses documentos citados são frequentemente requisitados por pesquisadores/historiadores devido à sua relevância como fonte de informação genealógica e por conterem dados cruciais sobre os alunos que passaram naquele período pela instituição.



É inegável que a preservação desses documentos demanda cuidados permanentes e sua catalogação é feita de acordo com o estado de conservação e condição física. Os originais guardados em um arquivo deslizante, os cliques e outros objetos metálicos são removidos para evitar que a oxidação comprometa ou piore o estado do papel.

Como se trata de uma coletânea de registros de batismos únicos e raros, a manipulação e o transporte representavam um risco para a integridade do suporte desses documentos, onde são suscetíveis de deterioração. Todos os registros como essas certidões de idade podem trazer muita informação e cooperar com o conhecimento do passado.

De acordo com Mendes (1996, p.23), os registros de batismo deveriam ter as seguintes informações:

Registro de batismo: é fundamental do neófito, a data de batismo e a de nascimento (no caso de vir mencionada); a freguesia, conselho e templo onde ocorreu o batismo; o sacerdote celebrante; o nome, profissão e morada dos pais; os nomes dos avós (se aparecerem, bem entendido); os padrinhos; outras informações adicionais; a folha e o número do livro (Mendes, 1996, p. 23).

Vale lembrar que até a data da proclamação da república, a certidão de batismo era usada como documento indenitário, pois não existia ainda o registro civil, por não existir cartório. Neste sentido, reforça-se a importância histórica e social de tal documento.

Então, as folhas desses documentos de manuscritos das certidões de idades são documentos únicos e raros, portanto, esses volumes encadernados incluem certidões de batismo/nascimento que foram entregues pelos alunos no ato da matrícula do primeiro ano no curso jurídico, uma vez que era necessário fazer a prova da idade do aluno.

De acordo com a Lei de 11 de agosto de 1827, o art. 8.º – Os estudantes, que se quiserem matricular nos Cursos Jurídicos, devem apresentar as certidões de idade, porque mostrem ter a de quinze anos completos, e de aprovação da Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral, e Geometria. Veja algumas folhas dos manuscritos na figura 3:



Figura 3 – Algumas folhas dos manuscritos



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Esses manuscritos mencionados são frequentemente requisitados por pesquisadores/historiadores devido à sua importância como fonte de informação genealógica e por conterem dados relevantes sobre a vida dos ex-alunos da Faculdade.

Ao longo da história da FDR, formaram-se milhares de bacharéis na FDR, entre eles: Eusébio de Queiróz (1832), José Thomas Nabuco de Araújo (1835), Barão do Rio Branco (1866), Tobias Barreto (1869), Joaquim Nabuco (1870), Rosa e Silva (1876), Raul Pompéia (1885), Epitácio Pessoa (1886), Graça Aranha (1886), Nilo Peçanha (1887), Augusto dos Anjos (1907), Aníbal Bruno (1912), Assis Chateaubriand (1913), Agamenon Magalhães (1916), entre outros alunos protagonistas no desenvolvimento do Brasil.

Muitas ilustres personalidades passaram pela FDR, entre os quais: Castro Alves (transferiu-se para a Faculdade de São Paulo, mas não chegou a se formar, pois ficou doente), Fagundes Varela (não chegou a concluir o curso), Gilberto Freyre (como professor catedrático), José de Alencar (formou-se em São Paulo) e tantos outros.

O arquivo da FDR é um acervo que tem um valor histórico para a memória nacional, datado a partir do século XIX. Não obstante de parte de essa documentação ter se perdido ao longo do tempo, muitos trabalhos já publicados ou em elaboração se beneficiaram da pesquisa realizada em seu acervo, incluindo dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos, livros e projetos. A instituição é reconhecida como um marco no ensino e difusão dos saberes jurídicos no Brasil.

Indubitavelmente, vários órgãos compreendem o direito à memória como um elemento fundamental da cidadania; logo, preservar os registros de informações onde a memória se inscreve é imprescindível.



### **3 MÉTODO UTILIZADO NAS CERTIDÕES DE IDADE DO ARQUIVO DA FDR**

Trata-se de relato de experiência, com base na pesquisa bibliográfica, que utilizou a análise documental como técnica de pesquisa, que teve as seguintes etapas: digitalização do material, leitura de cada folha do manuscrito, identificação de cada aluno, criação do relatório com total de 450 páginas.

No acervo a coleção desses manuscritos de certidões de idade dos ex-alunos da FDR possui 40 volumes encadernados, que compreende os anos de 1829 até 1919 apesar de apresentar algumas lacunas. Cumpre observar que o objetivo desse projeto de digitalização das certidões de idade dos alunos que ali estudaram, em especial, foi tirar os manuscritos que estavam silenciados no armário deslizante no acervo, assim como, preservar os documentos manuscritos originais, propondo o retardo a deterioração dos acervos, com o argumento de que o processo beneficiará a longevidade dos volumes encadernados e possibilitando o pleno acesso do público à memória antes silenciada. Bem, todo esse material existem informações, detalhes e é indispensável pensar na preservação documental.

Sabe-se que tudo tem um começo, meio e fim, que não foi tarefa fácil de realizar todas as etapas com tantos documentos manuscritos raros e únicos, porque esse procedimento do início até o fim foi realizado por uma única servidora técnica em arquivo. Portanto, para chegar à fase do relatório, já se passaram outras fases anteriores que vale a pena destacar, como: o processo de higienização, separação e ordenação dos volumes encadernados, entre outros. Mas o principal objetivo com este processo de digitalização das certidões de idade custodiadas pela Instituição foi descrever os nomes dos alunos existentes em cada volume encadernado e tornar acessível esse material para contribuir no acesso à pesquisa e à informação para toda a sociedade.

Após um extenso período, a coleção de documentos manuscritos, contendo todas as suas páginas, foi digitalizada e organizada por ano, sendo armazenada em formato *Portable Document Format* (PDF). As cópias de um mesmo arquivo estão guardadas em dois ambientes distintos. É fundamental que o conteúdo dos arquivos preservados seja descrito por meio de metadados, que atuam como etiquetas, facilitando a recuperação das informações contidas nos arquivos. Além disso, a relação



dos alunos que constam nas Certidões de Idade está disponível no *Site* da instituição responsável (figura 4), o que permite sua localização no armazenamento.

**Figura 4** – Relatório com nomes dos alunos que constam nas certidões de idade



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Nº	Nome	Data de Nascimento	Pai	Mãe	Livro	Páginas	Observações
140	Manoel Bruno Alves de Couto Filho		Manoel Bruno Alves de Couto	Carolina Olympia de Gusmão Coelho	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	269	Formou-se em 1887 - Documento com carimbo e com a seguinte descrição: Freguesia do Santíssimo Sacramento da Boa Vista do Recife - Pernambuco; Documento apresenta um Selo Fiscal 200 Reis;
141	Manoel Caetano de Albuquerque Mello	16 de fevereiro de 1868	José Maria de Albuquerque Mello	Maria de Albuquerque Mello	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	262	Formou-se em 1887 - Documento apresenta um Selo Fiscal do Império do Brasil com Dom Pedro - 200 reis;
142	Manoel Cesário da Silva Brasileiro	abril de 1861	Antônio Cesário da Silva Brasileiro	Maria Pinheira da Silva B. Brasileiro	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	256	Formou-se em 1887
143	Manoel Cícero Peregrino da Silva	07 de setembro de 1866	Cícero Odón Peregrino da Silva	Maria da Conceição Peregrino Silva	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	270	Formou-se em 1885 - Documento apresenta um Selo Fiscal 200 Reis;
144	Manoel Cyrillo Wanderley		Manoel Cyrillo Wanderley	Maria das Mercês Wanderley Cymeiros	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	266	Formou-se em 1887 - Documento apresenta um Selo Fiscal 200 Reis;
145	Manoel Eugênio da Gama Lobo	maio de 1862	Christiano da Gama Lobo	Adelaide Américo da Gama Lobo	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	263	Documento com carimbo e com a seguinte descrição: Freguesia do Santíssimo Sacramento da Boa Vista do Recife - Pernambuco; Documento apresenta um Selo Fiscal 200 Reis;
146	Manoel Janssem Ferreira	24 de abril de 1864	José Janssem Ferreira	Hermilinda da Costa Nunes Ferreira	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	267	Formou-se em 1887 - Documento apresenta um Selo Fiscal 200 Reis; Uma - chancela: O ANTONIUS CANDIDIS DE ALVARENGA EPISCOPUS S. LUDOVICA DE MARAGLHÃO
147	Manoel José Rodrigues Pinheiro	20 de junho de 1861	Manoel José Rodrigues Pinheiro	Anna Maria Francisca da Anunciação	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	261	Formou-se em 1887 - Documento apresenta um Selo Fiscal 200 Reis;
148	Manoel Lopes Carvalho Ramos	09 de agosto de 1865	Antônio Lopes de Carvalho Sobrinho	Rosulina Maria Ramos	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	252	Formou-se em 1886
149	Manoel Pereira da Rocha	11 de fevereiro de 1862	Athamazio Pereira da Rocha	Francisca Ferreira Baptista	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	245	Formou-se em 1887 - Documento apresenta um Selo Fiscal 200 Reis;
150	Manoel Rodrigues de Souza Vianna	11 de outubro de 1863	Luiz Emílio Rodrigues Vianna	Maria Firmina de Souza Vianna	CI-032 - LIVRO DE CERTIDÃO DE IDADE 1883	247	Formou-se em 1887 - Documento apresenta um Selo Fiscal 200 Reis;

Fonte: <https://www.ufpe.br/arquivocci/acervo>

E com a finalização de todo o processo, destaca-se algumas observações encontradas nas etapas:

- O documento que estava em deterioração, não foi digitalizado e não foi manipulado – permaneceu da mesma forma no livro para não tirar a ordem de encadernação. No entanto, alguns documentos mesmo fragilizados com condições de leitura, foram digitalizados de forma muito cuidadosa;
- Na sequência dos anos de 1829 até 1887, não constam os volumes encadernados de Certidão de Idade dos anos de 1859, 1860 e 1872. Após esses anos, só existem os volumes encadernados de 1911, 1912, 1913, 1919 e um volume encadernado chamado vários anos que consta o ano de produção do manuscrito está entre os anos de 1872 até 1912;
- Todo o manuscrito que apresentava selo fiscal, selo seco do Brasão, chancela, carimbo, qualquer marca existente no documento, foi declarado no relatório;
- A partir do ano de 1900, a certidão de batismo consta no dossiê de cada aluno, passando a ser pasta individualizada. No acervo da FDR, todos os dossiês



individuais existentes estão dentro de 548 caixas com total de 8344 dossiês individuais. Como também, existe um livro com o inventário dos dossiês custodiados pelo Arquivo da FDR (2019), com os nomes de todos estão disponíveis no site;

- Os documentos manuscritos de batismo/nascimento que foram entregues pelos alunos no ato da matrícula do 1º ano no curso jurídico e estão nos volumes, a maioria da certidão de idade vem apenas com o primeiro nome do aluno, que se fez preciso de várias buscas incansáveis para identificá-lo no relatório e utilizando vários recursos para localizar o sobrenome de cada aluno, como também, identificar se concluiu o curso na Faculdade de Direito do Recife ou Faculdade de Direito de São Paulo.

É relevante pontuar os seis livros e o recurso utilizado exaustivamente para se conseguir chegar à identificação do nome de cada aluno que constava nos manuscritos, uma etapa muito minuciosa, trabalhosa e detalhista, que foram utilizados os:

- Livro da Lista Geral dos estudantes matriculados entre 1854 até 1919;
- Livro da Lista geral dos bacharéis e doutores que tem obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife, desde a sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931;
- Livros de Registro de diplomas de bacharéis 1832 até 1919;
- Livros de Guias de Transferências Expedidas e Recebidas 1846 até 1919;
- Livro da História da Faculdade de Direito do Recife - Clóvis Beviláqua - Editora Universitária Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Coleção Nordestina - Publicado: 2012;
- Livro da Lista geral dos bacharéis e doutores formados pela Faculdade de Direito de São Paulo e dos Lentes e Diretores efetivos até 1900. Organizada pelo bacharel Júlio Joaquim Gonçalves Maia subsecretario da mesma Faculdade - RFDSP;
- Hemeroteca Digital - BNDigital - localizando no ano o nome pelas provas que realizou na época.



#### 4 RESULTADO DAS INFORMAÇÕES ENCONTRADAS NOS MANUSCRITOS

A representação dos resultados finais após a digitalização e leitura de todos os manuscritos sobre os volumes encadernados foram os seguintes: encontradas e digitalizadas no total de 11865 folhas/página; que representou no total 4774 alunos encontrados dentro dos volumes encadernados e que estavam silenciados no armário deslizante; encontrados 61 anos (1829 até 1919), apesar de apresentar algumas lacunas, nos quarenta volumes encadernados.

O que estava silenciado e que agora se permite ecoar após toda a leitura das 11865 folhas foi que a maioria dos manuscritos não apresentava o nome da progenitora, destaca-se sempre apenas o nome do genitor e quando não se sabia quem era o pai, a descrição era “*pai incógnito*”. Bem como, encontraram algumas certidões de alunos que eram filhos de padre. Por exemplo, o aluno Antônio Joaquim de Moraes Silva, que era filho de Mariana Thereza de Saly e filho legítimo do Padre Joaquim José da Silva, falecido em julho de 1822, que o reconheceu por seu filho legítimo em testamento.

Observamos que no total geral os documentos manuscritos apresentaram como classificação racial, apenas que a criança ou era branco ou era pardo, portanto, não foi encontrada na escritura do batistério que a criança era de cor preta ou caboclo.

Outro ponto interessante constatado na certidão de 1887 apresenta que o aluno Francisco Olympio de Lyra que se formou em 1891, era filho de “*pai incógnito*” e sua mãe Serafina Maria da Conceição que era escrava de Leandro Cardozo. Do mesmo modo, na certidão de vários anos, encontra-se que o aluno José Vianna, nascido de 27 de setembro de 1873, livre em virtude da lei, filho natural de Isabel, escrava de Ângela das Virgens Vianna. Iniciou o estudo no curso jurídico na FDR, mas não se formou na FDR. Um detalhe importante que precisa ser mencionado é que nesses manuscritos não consta a cor da criança.

Muitos detalhes foram discriminados no relatório final, que brevemente comenta-se aqui, que foram: há vários tipos de carimbo de baixo e alto relevo nacionais e internacionais; selo seco com o Brasão real; chancela de vários órgãos; Selo fiscal do Império do Brasil com Dom Pedro, entre outros; papéis timbrados nacionais e internacionais; Assim como, detalha se o aluno se formou em bacharel na FDR, ou na



Faculdade de Direito de São Paulo, e conclusão do doutorado na FDR. Especifica-se o manuscrito estava bastante fragilizado, mas com condições de leitura. Em síntese, todos esses manuscritos possuem muitos detalhes para serem ainda explorados por futuros pesquisadores. Vejamos alguns carimbos e selos na figura 5:

Figura 5 – Alguns carimbo e selos



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Diante dessas representações de dados expostos, é incontestável que este específico manuscrito de certidões de idade fornece perspectivas fascinantes sobre preciosos registros de informações dos alunos que passaram pela instituição e que a escrita igualmente ganha à condição de recordações da palavra, visto que conserva viva a história ao longo do tempo.

Foram encontradas nessas certidões de idades de algumas personalidades, tais como: Francisco de Queiroz Coutinho Matozo da Câmara (Formou 1834 Faculdade de Direito de São Paulo), Innocêncio Marques de Araújo Góes (1834), José Pereira da Graça Júnior - Barão de Aracati (1834), José Thomas Nabuco de Araújo Júnior (1835), Augusto Teixeira de Freitas (1837), José Martiniano Cavalcanti d'Albuquerque (1859), Ruy Barbosa (formou na faculdade de direito de são Paulo 1870), Francisco de Assis Rosa e Silva (1877), Antônio de Castro Alves (transferiu-se para a Faculdade de São Paulo, mas não chegou a se formar, pois ficou doente), Manoel Cícero Pererino da Silva (1885), Eptácio Lindolpho da Silva Pessoa (1886), Nilo Peçanha (1887), entre outros alunos protagonistas no desenvolvimento do Brasil.

Sintetizando, o material analisado aqui compreende apenas os documentos manuscritos de certidões de idade que fazem parte do acervo do arquivo da FDR e que tem um valor histórico para a memória nacional, datado a partir do século XIX e



sabemos que a instituição é reconhecida como um marco no ensino e difusão dos saberes jurídicos no Brasil.

## **5 CONCLUSÕES**

A partir das informações apresentadas por meio da investigação, é relevante ressaltar que o arquivo da FDR constitui uma fonte informacional, que é de fato um lugar de memória, que deve ser protegido, em virtude de seu valor histórico institucional e cuja peculiaridade está em registrar o percurso feito ao longo do tempo. Concluimos que, a preservação da memória impregnada no conteúdo e no suporte, pelos signos deixados ao longo do tempo, deve ser garantida e preservada pela instituição detentora.

Apesar disso, a coleção de certidões de idade específica é de grande relevância para a história da instituição, e também, à sua importância como fonte de informação genealógica e por conterem dados relevantes sobre a vida dos ex-alunos da FDR. Assim como, há situações onde o documento manuscrito de batistério auxilia a elucidar questões referentes a datas de nascimento, entre outras informações.

Considera-se válido ressaltar, que esse relato de experiência que apresentamos reflete uma parte do esforço realizado pelos profissionais da instituição no processo de preservação do material digital, que tem aumentado significativamente nos últimos anos. A preservação digital refere-se à habilidade de assegurar que a informação digital continue acessível, interpretável e autêntica, mesmo quando submetida a uma plataforma tecnológica distinta. Uma das principais preocupações na preservação digital é o elevado custo associado à aquisição e manutenção da infraestrutura tecnológica necessária.

Espera-se que esse relato de experiência contribua significativamente para diversas áreas do saber e por mais que se tenha tentado desvendar os nomes dos alunos existentes de todas as certidões de idades que estavam silenciados no arquivo deslizante, através das leituras, certamente, esses documentos manuscritos digitalizados representaram uma significativa importância de textos que poderiam ser mais bem aproveitados por novos pesquisadores e que ainda há muito que se descobrir.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos A. Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília, DF. 2014.

ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Fotografias e negativos de vidro: Registro fotográfico da sala do Arquivo na Faculdade de Direito do Recife em 1912**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/arquivocci/acervo> Acessado em 03/07/2024

ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Relação dos Alunos que constam nos Livros de Certidão de Idade Custodiados pelo Arquivo da FDR**. Recife. 2022 p. 1-450. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/590249/2933445/Lista+do+Livro+de+Certid%C3%A3o+de+Idade+-+FDR+-+Realizado+por+Elivanda+Souza+-+11+de+Maio+2022.pdf/3efbff30-c21e-46de-ad03-e13f5e0986a5> Acessado em 03/07/2024

BARBOSA, Andréia A. O Lugar da Memória Institucional nas Organizações Complexas. In: IV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas – Abracorp, 4, 2010, Porto Alegre, RS. **Anais** (on-line). São Paulo:Abracorp, 2010.

BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife** - Editora Universitária Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Coleção Nordestina - Publicado: 2012 Campinas, SP: Unicamp, 2007.

CRIPPA, G. Memória: geografias culturais entre história e ciência da informação. In: MURGUIA MARANON, E. I. (org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta, 2010. p. 79-110.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. Trad. Danielle Ardaillon. Rev. Téc. Heloísa Liberalli Bellotto. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Memoria historica**. Recife: Imprensa Industrial, 1904. 120 p.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE. **Memoria historico-academica**. Recife: [S.n], 1869. 9 p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Memória - História**. Lisboa: Imprensa Oficial/ Casa da Moeda, 1984.

MENDES, Nuno Canas. **Descubra as suas raízes: como organizar uma árvore genealógica**. Portugal: Lyon Multimédia Edições, 1996, 150 p.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E. **Algumas reflexões filosófica sobre memória no ciberespaço**. In: SILVA, T. (Org.) Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação. Recife: Néctar, 2008, p. 1-40



MORIN, Edgar. **O Método III**. O conhecimento do conhecimento. 2. ed. Portugal: Biblioteca Universitária. Publicações Europa-América, 1996. 231p.

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

PESSOA, Márcia R.. **Arquivo, memória e empresa**: proposta do Centro de Memória do Sistema FIRJAN. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2014, 78 p.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 155 – 192.

THOMASSEM, Theo. Uma Primeira Introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros**. Ano 1, n. O (1972) - Rio de Janeiro: AAB, 1972 - v.: 23 cm. Semestral- Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros. ISSN 0100-2244

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho de Administração da Universidade Federal de Pernambuco. **Resolução Nº 16/2021, de 07 de outubro de 2021**. Aprova o Regimento Interno do Centro de Ciências Jurídicas. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Documento manuscrito de certidão de idade [1829 - 1919] Localização em: **Coleção de manuscrito de certidão de idade**. Arquivo da Faculdade do Recife. Recife, CI-001;CI-040 (não publicado)

WARD, Christine. Preservation Program Planning for Archives and Historical Records Repositories. In: Paul N. Banks e Roberta Pilette (ed): **Preservation - Issues and Planning**. Chicago and London: American Library Association, 2000, p. 43-62

ZUÑIGA, Solange. **A Importância de um Programa de Preservação em Arquivos Públicos e Privados**. 2002. 19p.